

Passarinho admite o novo Congresso como Constituinte

BRASÍLIA (Sucursal) — Os senadores Jarbas Passarinho, líder do PDS, e Tancredo Neves, presidente do PP, concordaram ontem com a tese do ex-ministro Afonso Arinos, de que o Congresso a ser eleito em 1982 receba a incumbência de elaborar uma nova Constituição.

Para Passarinho, a atual Carta está muito retalhada, e, portanto distanciada da realidade brasileira. Para Tancredo Neves, uma nova Constituição é indispensável para se evitar uma ruptura da ordem social.

Na mesma linha de raciocínio se encontra o vice-presidente nacional do PMDB, senador Teotônio Vilela. Pessoalmente ele preferia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas admite que essa responsabilidade seja outorgada ao futuro Congresso.

Ontem, o senador Orestes Quêrcia (PMDB-SP) reafirmou que em março rerepresentará sua proposta de emenda constitucional convocando a Assembléia Nacional Constituinte para 1982. No ano passado, o PDS, cumprindo instruções do governo, rejeitou igual proposição do senador paulista.

PASSARINHO

"A tese do ex-ministro Afonso Arinos, de delegação de poderes do atual Congresso aos parlamentares que serão eleitos em 1982, para o preparo de uma nova Constituição, é sensata e oportuna", afirmou o líder da maioria no Senado, Jarbas Passarinho.

Justificando a sensatez e a oportunidade da proposta do ex-ministro, Passarinho explicou que "temos, hoje, uma Constituição de 1967, praticamente alterada pela emenda constitucional de 1969 e que recebeu, depois, mais treze emendas".

"Isso já indica, em minha opinião, que a Carta Magna em vigor está distanciada da realidade brasileira", acrescentou.

Depois de afirmar que por esses motivos julga oportuna a proposta de Arinos, Passarinho explicou que a sensatez da tese, a seu ver, decorre do fato de que seu proponente "não propõe o sacrifício dos atuais mandatos, que seriam fatalmente atingidos, na hipótese de convocação de uma Assembléia Constituinte."

"Ao contrário disso — acrescentou — a sugestão do ex-ministro Afonso Arinos aproveita o Congresso e confere à próxima Legislatura uma dupla missão: a de legislar, ordinariamente, e a de fazer uma nova Constituição."

MUDANÇAS

A pedido dos repórteres, que queriam que o líder explicitasse quais os pontos da atual Carta que estão distanciados da realidade, o senador Jarbas Passarinho, após ressaltar que dava sua opinião pessoal, sustentou que "o capítulo da ordem econômica deve ser revisto".

"Impõe-se uma série de definições nesse particular, como a de fazer com que a economia seja um instrumento a serviço do homem e não o transforme em simples objeto", afirmou.

Segundo Passarinho, "ainda nesse mesmo capítulo seria conveniente delimitar o papel do capital estrangeiro em nosso País, bem como definir a posição que devemos ter em relação às multinacionais".

"Serão estas empresas um mal irremediável ou podem ser controladas, a serviço da economia brasileira? Esses aspectos da ordem econômica não estão regulados pela atual Carta", observou.

Outra passagem da Constituição que, segundo Passarinho, deveria ser refeita, é a que trata dos direitos e garantias indi-



Passarinho acha atual Carta Magna distante da realidade brasileira.

Governo não está definido quanto à reforma eleitoral

BRASÍLIA (Sucursal) — O ministro Ibraim Abi Ackel, da Justiça, disse ontem ao senador Tancredo Neves, presidente do PP, que o governo deve definir o quanto antes as regras do jogo para as eleições de 1982. Tancredo, que transmitiu essa informação, após audiência com o ministro, não deu detalhes a respeito, mas manifestou a opinião de que o próprio governo parece ainda não estar definido a respeito das alterações a serem feitas no processo eleitoral.

Abi Ackel e Tancredo também conversaram sobre o Estatuto dos Estrangeiros. Segundo o senador mineiro, o ministro mostrou-se disposto a promover uma "ampla revisão" da lei com base em entendimentos com a oposição. O presidente do PP defendeu as emendas apresentadas pelo seu partido quando o Estatuto tramitou no Congresso.

Tancredo disse ainda que do encontro com Ackel restou a impressão de que, se não houver consenso em torno do novo projeto que o governo pretende enviar ao Congresso, é provável que a nova proposta seja menos ampla do que a admitida pelo ministro da Justiça.

viduais. Sobre isso, no entanto, o líder da maioria evitou aprofundar a conversa informal, explicando que não falava na qualidade de líder, "mas de simples senador".

TANCREDO

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, considera inevitável a elaboração de uma nova Constituição nos próximos anos. A situação do País é cada vez mais grave, segundo ele, e não se deve esperar que haja um rompimento social para que depois se pense em nova Constituição.

O Partido Popular apóia, portanto, a fórmula do ex-senador Afonso Arinos. É evidente que por sua composição, o PP defenderá uma Constituição que dê ao País uma nova estrutura institucional, com amplo respeito às liberdades públicas, sem arbitrios e que represente a nova sociedade brasileira, mas não estará a favor dos radicalismos.

*Principal responsável pela decisão do PMDB de promover uma campanha nacional pela Constituição, o senador alagoano Teotônio Vilela, vice-presidente da agremiação, também concordou com a proposta do ex-senador Afonso Arinos em que o futuro Congresso, por resolução legislativa, seja transformado em Constituinte. Depois de elaborada a futura Constituição voltaria a ter suas funções normais.

Teotônio Vilela preferia que houvesse a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Não se importa, porém, em que

O presidente do PP mostrou-se, por outro lado, preocupado com as manifestações de violência coletiva como a depredação de trens e estações ferroviárias em São Paulo e com a possibilidade de aumentarem ações de antigos presos políticos contra acusados de praticar torturas.

Para Tancredo, ainda chegará o momento em que o País terá instituições democráticas suficientemente fortes para permitir a apuração de arbitrariedades cometidas nos anos de repressão política mais intensa. Mas agora, segundo ele, isso não seria oportuno, pois poderia deflagrar um "processo de reciclagem de ódios e represálias" que levaria a um retrocesso.

O comentário foi feito por Tancredo quando um repórter referiu-se ao caso da ex-presença política Inês Etiene Romeu, que nos últimos dias vem denunciando responsáveis por torturas de que foi vítima em 1971.

Quanto às depredações, Tancredo estranhou a "tranquilidade com que vêm sendo encaradas", observando "não ser difícil que haja setores até interessados em que elas ocorram".

seja adotada a fórmula Arinos. Entende que, uma vez transformado em Assembléia Constituinte, o Congresso adquirirá uma força nova, acima dos atuais poderes.

No governo, o grande receio, de acordo com líderes oposicionistas, deve ser exatamente este. Transformado em Assembléia Constituinte, com a força de ter emergido recentemente das urnas, o futuro Congresso poderá, com facilidade, reduzir o mandato do atual Presidente da República, que é de seis anos. Nada o impedirá, também, de convocar eleições diretas para a Presidência da República.

Os líderes oposicionistas recordam, em conversas informais, que na Assembléia Constituinte o governo perderia sua segurança, que é a maioria no Senado. Foi para ter essa garantia que o governo criou os senadores "biónicos" (indiretos). Estes, por sinal, têm sido o verdadeiro sustentáculo legislativo do governo, pois na Câmara as grandes votações tornaram-se imprevisíveis.

Na Assembléia Constituinte, pela tradição do direito, cada parlamentar é um voto. Como as previsões são de que haverá um crescimento oposicionista nas próximas eleições, a atual maioria do governo no Senado — sete votos e um independente — seria sobrepujada pela diferença na futura Câmara. Em 1982, por outro lado, o governo tem possibilidade de ampliar sua bancada no Senado. Não seria, porém, o bastante para ficar com a maioria absoluta.